



**Fundação Luterana
de Diaconia**

Demonstrações Contábeis
do exercício findo em 31 de
dezembro de 2020

e

Relatório dos Auditores
Independentes





FLD - FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA

CNPJ 04.358.174/0001-81

Demonstrações Contábeis
do exercício findo em 31 de dezembro de 2020
e
Relatório dos Auditores Independentes

CONTEÚDO

1. Relatório dos Auditores Independentes.....	03
2. Balanço Patrimonial	06
3. Demonstrações dos déficits	07
4. Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	08
5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	09
6. Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
7. Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis.....	11

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Conselheiros e Administradores da
FLD – Fundação Luterana de Diaconia
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **FLD – Fundação Luterana de Diaconia**, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2020** e as respectivas demonstrações do déficit, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **FLD – Fundação Luterana de Diaconia**, em **31 de dezembro de 2020**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos:

- i) Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, em 05 de maio de 2020, sem modificações.
- ii) Conforme descrito na nota explicativa 1 e 25, a Entidade vem acompanhando a evolução de contágio e nova implementação de restrições de atividades e circulação, promovendo preparo de sua estrutura para continuidade de suas operações. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos significativos imediatos nas fontes de recursos e atividades em curso da Entidade, concluindo por não ser necessário realizar provisões adicionais ou reavaliação da estrutura das operações.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de maio de 2021.

PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES

CRC.SP. N°. 2SP 14.712/O-2
CVM 11.398



Heitor Piovani

Contador CRC 1SP 331.721/O-0
Auditor Independente - CNAI 6.199

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em Reais)

ATIVO			
	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u> Reapresentado
Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.807.195	4.108.828
Créditos a receber	6	549.860	680.943
Adiantamentos	7	312.652	1.221.705
Despesas antecipadas		5.322	8.511
Total do ativo circulante		7.675.029	6.019.987
Não circulante:			
Realizável a longo prazo	4	293.715	296.315
Investimentos		10.796	10.784
Total do ativo não circulante		2.477.053	2.811.245
Total do Ativo		10.152.082	8.831.232

PASSIVO			
	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u> Reapresentado
Circulante:			
Fornecedores	9	530.579	383.685
Obrigações fiscais e trabalhistas	10	694.273	551.478
Convênios e projetos	11	4.581.177	2.323.500
Total do passivo circulante		5.806.029	3.258.663
Não Circulante			
Convênios e projetos	11	681.385	706.235
Total do passivo não circulante		681.385	706.235
Patrimônio líquido			
Patrimônio Social	13.a	4.631.716	5.270.462
Ajuste de avaliação patrimonial	13.b	268.916	285.813
Déficit do exercício		(1.235.964)	(689.941)
Total do Patrimônio líquido		3.664.668	4.866.334
Total do passivo e patrimônio líquido		10.152.082	8.831.232

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações contábeis

Demonstração dos Déficits
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u> Reapresentado
Receita operacional líquida	14	11.165.206	12.482.681
		11.165.206	12.482.681
Custo dos Projetos Executados			
Despesas com Projetos/Atividades	16	(3.756.492)	(3.648.190)
Custo com Pessoal	17	(7.238.211)	(7.429.221)
Custo com terceiros	18	(550.172)	(963.819)
		(11.544.875)	(12.041.230)
Resultado bruto		(379.669)	441.451
Despesas (receitas) operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	19	(507.569)	(918.001)
Depreciação		(365.902)	(325.176)
Impostos e Taxas		(37.278)	(25.625)
		(910.749)	(1.268.802)
Superávit antes do resultado financeiro		(1.290.418)	(827.351)
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		85.138	187.148
Despesas financeiras		(30.684)	(49.738)
		54.454	137.410
Déficit do exercício		(1.235.964)	(689.941)

Demonstração dos Resultados Abrangentes
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em Reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Déficit líquido do exercício	<u>(1.235.964)</u>	<u>(689.941)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente para o exercício	<u><u>(1.235.964)</u></u>	<u><u>(689.941)</u></u>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em Reais)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Doações Patrimoniais	Superávit/Déficit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.521.633	285.813	511.091	(711.773)	5.606.763
Transferência do resultado para patrimônio social	(711.773)	-	-	711.773	-
Déficit do exercício	-	-	-	(689.940)	(689.940)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(16.897)	-	16.897	-
Baixa de ativo Imobilizado	-	-	(50.489)	-	(50.489)
Incorporação das doações no patrimônio social	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.809.860	268.916	460.602	(673.043)	4.866.334
Transferência do resultado para patrimônio social	(673.043)	-	-	673.043	-
Déficit do exercício	-	-	-	(1.235.964)	(1.235.964)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(16.897)	-	16.897	-
Incorporação das doações no patrimônio social	34.298	-	-	-	34.298
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.171.115	252.019	460.602	(1.219.067)	3.664.668

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em Reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	<u>(1.235.964)</u>	<u>(689.941)</u>
<u>Ajustes para reconciliar o resultado</u>		
(+) Depreciação e amortização	365.902	325.176
	365.902	325.176
Resultado ajustado	<u>(870.062)</u>	<u>(364.765)</u>
<u>Variação dos ativos</u>		
Aumento nos créditos a receber	131.083	(549.393)
Aumento de adiantamentos	909.053	(1.059.975)
Aumento de despesas antecipadas	3.189	(3.573)
Redução/aumento do realizável a longo prazo	2.600	22.164
	1.045.925	(1.590.777)
<u>Variação dos passivos</u>		
Aumento de fornecedores	146.893	105.428
Redução/aumento de obrigações fiscais e trabalhistas	142.795	(208.292)
Redução/aumento de projetos a repassar	(24.850)	(376.741)
Aumento de convênios e projetos	2.257.677	853.327
	2.522.515	373.722
Caixa líquido proveniente das / (utilizado nas) atividades operacionais	<u>2.698.378</u>	<u>(1.581.820)</u>
<u>Fluxos de caixa nas atividades de investimento</u>		
Pagamento pela aquisição de imobilizado	(34.298)	(533.211)
Pagamento pela aquisição de Investimentos	(11)	(3.343)
Resgate de investimentos	-	28.598
Baixa de imobilizado	34.298	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	<u>(11)</u>	<u>(507.956)</u>
Aumento / (Redução) de caixa e equivalente de caixa (Nota 5)	<u>2.698.367</u>	<u>(2.089.776)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4.108.828	6.198.604
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	6.807.195	4.108.828
Aumento / (Redução) de caixa e equivalente de caixa	2.698.367	(2.089.776)

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Luterana de Diaconia é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sem discriminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais ou confessionais, reger-se-á pelo Estatuto e pela legislação aplicável, com sede na Rua Doutor Flores, nº 62, sala 901, Centro em Porto Alegre - RS. A Fundação tem por finalidade a promoção do desenvolvimento social e combate à pobreza, através do apoio e acompanhamento aos projetos de grupos organizados da sociedade civil que promovam qualidade de vida, cidadania e justiça social.

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Educação/Social - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 28 de abril de 2021 a 27 de abril de 2023 foi protocolada em 25/04/2021, junto ao Ministério da Cidadania, sob o protocolo 235874.0084887/2021 e aguarda manifestação. A Entidade tem a manutenção de sua certificação até a publicação da decisão pelo Ente Público, conforme previsto no artigo 24 da lei 12.101/2009.

Impactos do COVID-19 nas operações

A Administração da Entidade acompanha tempestivamente e com responsabilidade as informações e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde e demais agências reguladoras, acerca das medidas adequadas a serem implementadas nas atividades operacionais e administrativas.

A estimativa da Administração sobre os efeitos econômicos da disseminação do COVID-19 no País, considera que as operações da Entidade devem ser impactadas, em 2021, por nova fase de restrições impostas pelas autoridades governamentais e pela necessidade de postergação de algumas atividades presenciais, que não poderão ser realizadas de forma virtual. A Administração, optou por não realizar provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações financeiras.

No ano de 2020 foram elaborados o Plano de Contingência e os Protocolos para Ações de Ajuda Humanitária para Trabalho Remoto e para Atividades a Campo. Esses documentos foram preparados para dar conta das novas rotinas de trabalho, com orientações para os cuidados necessários de proteção a saúde, tanto para as equipes, como para as comunidades e famílias apoiadas nas ações a campo, de ajuda humanitária e na retomada das atividades presenciais vinculadas aos projetos, que se fizeram necessárias.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis as entidades sem finalidade de lucros.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico e são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Entidade. As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão, pela Administração, em 03 de maio de 2021.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Reconhecimento de receita

As receitas são os recursos financeiros provenientes das diferentes fontes de apoio e são destinados a projetos, programas, iniciativas desenvolvidas e para cobrir os custos operacionais e administrativos da Fundação Luterana de Diaconia. Os mesmos podem ser de cooperação nacional ou internacional, de entidades com personalidade jurídica ou doações de pessoas físicas.

Os recursos financeiros oriundos de fontes internacionais são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data da operação de câmbio.

(i) Receita operacional e de programas especiais

A receita operacional e de programas especiais é reconhecida no resultado quando é realizado o processo de fechamento de câmbio dos valores recebidos de fontes internacionais.

(ii) Receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado.

Mensuração subsequente ocorre a cada balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

(i) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela entidade são: caixa e equivalentes de caixa.

(ii) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela entidade são: contas a pagar a fornecedores e saldos de projetos e convênios.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2020 e 2019, incluindo operações de *hedge que possuem* característica de transação compensatória que visa proteger (um operador financeiro) contra prejuízos na oscilação de preços; proteção cambial.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. Esses valores são contabilizados como Instrumentos Financeiros Básicos e estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas *pro rata temporis* até a data das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa estão representadas em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Fundos de Investimento de Renda Fixa, com prazo de resgate que não excede 90 dias.

e) Imobilizado

Estão demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, as taxas estão de acordo com o tempo de vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação
Prédios	4%
Veículos	20%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Entidade não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, pudessem estar acima do valor recuperável, de acordo com o NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

No exercício de 2010, a entidade efetuou a adoção do custo atribuído (Deemed Cost) ao seu Imobilizado, através do Laudo de Avaliação realizado por empresa independente em dezembro de 2010 que recompôs o valor do Imobilizado e atribuiu nova vida útil econômica a estes bens. A contrapartida da recomposição destes saldos encontra-se em conta específica de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

f) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente legal ou implícita, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

h) Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2019 e 2020, a entidade não considerou relevante os efeitos destes ajustes nas demonstrações contábeis.

i) Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as melhores práticas contábeis, requer que a Administração faça estimativas para contabilizar determinados ativos, passivos e outras transações apresentadas nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas. Os resultados efetivos poderão apresentar variações em relação as estimativas.

j) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A FLD, por sua finalidade, objetivos e por atender os requisitos da legislação em vigor, é isento de imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido e apresenta anualmente sua declaração e isenção de imposto de renda pessoa jurídica na forma normativa da Secretaria da Receita Federal.

k) Apuração de resultado do período

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para o Instituto e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

l) Patrimônio Social

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do superávit ou déficit ocorrido, os bens recebidos através do ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

O superávit ou déficit será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 16.

m) Demonstração do fluxo de caixa:

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que o Instituto optou foi o indireto.

4. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS E AJUSTES PATRIMONIAIS

Em virtude de melhor apresentação, divulgação e comparabilidade das demonstrações contábeis, em conformidade com o pronunciamento contábil, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro, a Administração optou por realizar ajustes e reapresentação de saldos devido ao entendimento sobre expectativa de realização de saldos e execução de projetos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

Os saldos existentes no Programa CAPA das filiais de Pelotas, Santa Cruz do Sul e Verê, classificadas no Ativo Circulante, foram lançados no resultado do exercício de cada filial correspondente, por se tratar de recursos que estavam provisionados em Créditos a Receber e que em 2020 foram encerrados a partir do recebimento da parcela final de PPM (Pão Para o Mundo).

A conta do Fundo de Apoio Comunitário foi transferida para o Ativo Não Circulante e para o Passivo Não Circulante, devido à expectativa de liquidação em período superior a 12 meses.

Os projetos aprovados a repassar dos trienais 2011/2013, 2014/2016 e 2017/2019 foram transferidos para o Passivo Não Circulante. Os recursos oriundos dos projetos encerrados serão remanejados para apoio a novos projetos de Ajuda Humanitária, via Programa de Pequenos Projetos.

O projeto de Fundo de Emergência foi transferido para o Passivo Não Circulante, em decorrência de não haver expectativa de liquidação dos recursos dentro do ano seguinte.

Os ajustes e reclassificações realizados estão demonstrados abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
<u>Ajustes no Ativo Circulante</u>		
Fundo de Apoio Comunitário	(293.715)	(296.315)
	<u>(293.715)</u>	<u>(296.315)</u>
<u>Ajustes no Ativo Não Circulante</u>		
Fundo de Apoio Comunitário	293.715	296.315
	<u>293.715</u>	<u>296.315</u>
<u>Ajustes no Passivo Circulante</u>		
Fundo de Apoio Comunitário	(290.865)	(293.465)
PPP – saldo projeto Trienal 2017 – 2019	(22.500)	(37.250)
PPP – Saldo Trienal 2011/2013	(77.063)	(77.063)
PPP – Saldo Trienal 2014/2016	(160.067)	(167.567)
Projeto Fundo de Emergência	(130.890)	(130.890)
	<u>(681.385)</u>	<u>(706.235)</u>
<u>Ajustes no Passivo Não Circulante</u>		
Fundo de Apoio Comunitário	290.865	293.465
PPP – saldo projeto Trienal 2017/2019	22.500	37.250
PPP – Saldo Trienal 2011/2013	77.063	77.063
PPP – Saldo Trienal 2014/2016	160.067	167.567
Projeto Fundo de Emergência	130.890	130.890
	<u>681.385</u>	<u>706.235</u>
<u>Ajustes no Ativo Circulante</u>		
Saldo Trienal Pelotas	(249.032)	-
Saldo Trienal Santa Cruz do Sul	(273.710)	-
Saldo Trienal Verê	(130.247)	-
	<u>(652.989)</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

Ajustes em Contas de despesas - DRE

Saldo Trienal Pelotas	(249.032)	-
Saldo Trienal Santa Cruz do Sul	(273.710)	-
Saldo Trienal Verê	(130.247)	-
	(652.989)	-

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	8.290	9.975
Bancos conta movimento	1.511.702	767.421
Aplicações financeiras	5.287.203	3.331.432
	6.807.195	4.108.828

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e são mantidos em Instituições financeiras com rating de solvência.

6. CRÉDITOS A RECEBER

	31/12/2020	31/12/2019
Taxa Administrativa Filiais	261.655	179.474
Empréstimos entre contas - contra lançamento	250.372	350.372
Antecipação Impostos s/férias	25.417	-
Outros créditos a receber	12.416	151.097
	549.860	680.943

7. ADIANTAMENTOS

	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Adiantamento para atividades	276.642	1.199.580
Adiantamento de ordenados	36.010	22.125
	312.652	1.221.705

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

8. IMOBILIZADO

Custo do Imobilizado	2020					Total
	Terrenos	Imóveis	Veículos	Máquinas e equipamentos	Móveis e Utensílios	
Saldo em 31/12/2019	322.012	1.172.482	1.967.948	571.011	213.793	4.247.246
Aquisições	-	-	-	34.298	-	34.298
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	322.012	1.172.482	1.967.948	605.309	213.793	4.281.544
Depreciação Acumulada						
Saldo em 31/12/2019	-	(363.030)	(863.183)	(337.689)	(179.197)	(1.743.100)
Depreciação	-	(44.758)	(267.230)	(46.683)	(7.231)	(365.902)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	-	(407.788)	(1.130.413)	(384.372)	(186.428)	(2.109.002)
Valor Residual						
Saldo em 31/12/2019	322.012	809.452	1.104.765	233.322	34.596	2.504.146
Saldo em 31/12/2020	322.012	764.694	837.535	220.937	27.365	2.172.542

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Entidade não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e dessa forma nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações contábeis.

A Administração da Entidade revisou a vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado, no entanto não identificou a existência de indicadores de que houvesse diferença entre a atual vida útil, considerando a política de renovação dos bens.

9. FORNECEDORES

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	125.291	124.789
Credores diversos	278.288	208.896
Contas correntes departamentos	127.000	50.000
	530.579	383.685

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

10. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

	31/12/2020	31/12/2019
Férias a Pagar	266.646	135.736
Provisão rescisória a pagar	167.407	167.407
IRRF a recolher	112.145	100.325
FGTS a recolher	60.673	63.486
FGTS s/Férias a pagar	46.102	30.383
INSS a recolher	40.469	50.630
Contribuição Sindical	813	2.388
ISSQN a recolher	18	-
CSRF a recolher	-	1.123
	694.273	551.478

11. CONVÊNIOS E PROJETOS

	31/12/2020	31/12/2019
Convênios e projetos - Circulante		
Saldo de Projetos - outros Projetos - COMIN	1.454.239	526.044
Projeto CAPA - Rondon	685.530	161.585
Trienal FLD/PPM - 2020 - 2022	547.464	676.200
Saldo de Projetos PPM - COMIN	502.184	177.895
Consórcio CAPA	329.735	57.237
Saldo PPM Trienal 2019-2021 - Erechim	183.095	36.770
Saldo PPM Trienal 2019-2021 - Verê	169.690	124.883
Saldo PPM Captação Recursos - 2020 - 2023	169.363	-
Projeto FLM	131.402	-
Saldo PPM Trienal 2019-2021 - Rondon	127.101	131.429
Saldo PPM Trienal 2019-2021 - Santa Cruz do Sul	95.295	197.975
Saldo PPM Trienal 2019-2021 - Pelotas	87.584	117.925
Projetos ELCA	85.811	110.219
Fundo Rede Comércio Justo e Solidários	5.631	3.893
ABONG	3.800	-
Projeto Campanha Cesta Consciente	1.908	-
CONIC/RS	1.345	1.445
	4.581.177	2.323.500
Convênios e projetos - Não Circulante		
Fundo de Apoio Comunitário	290.865	293.465
PPP - Saldo Trienal 2014/2016	160.067	167.567
Projeto Fundo de Emergência	130.890	130.890
PPP - Saldo Trienal 2011/2013	77.063	77.063
PPP - saldo projeto Trienal 2017/2019	22.500	37.250
	681.385	706.235

Os projetos classificados no passivo não circulante possuem expectativa de realização/liquidação em período superior a 12 meses, conforme nota explicativa 4.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade não é parte em processos judiciais de natureza cível, tributário e trabalhistas, dos quais os assessores jurídicos indiquem previsão de perda provável, portanto não são reconhecidas provisões para contingências nas demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2020, não existiam causas com prognóstico de perda possível, as quais necessitaram ser ao menos divulgadas nas demonstrações contábeis, conforme normas de apresentação e divulgação.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.a Patrimônio Social

O Patrimônio Social é apresentado em valor histórico e totaliza R\$ 4.631.717 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 5.270.462 em 2019).

13.b Ajuste de avaliação patrimonial

Constituída em decorrência da recomposição dos bens do ativo imobilizado, apresenta o saldo de R\$ 252.019 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 268.916 em 2019).

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas PPM	5.304.173	5.734.795
Subvenções Governamentais	3.358.162	1.546.530
Doações de Pessoas Jurídicas	794.093	-
Projetos COMIN	727.215	1.866.910
Receitas ELCA	425.111	147.519
Receitas FLD	189.827	183.442
Receitas FLM	97.499	88.927
Receitas IECLB	96.620	119.542
Doações de pessoas físicas e ofertas	80.851	31.292
Receitas Vastenactie	48.360	-
Missie Ontwikkeling Vrede	43.295	33.043
Projeto CAPA	-	2.673.697
Receitas União Européia	-	56.984
	11.165.206	12.482.681

15. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme estabelecido na Resolução CFC 2015/ITG2002 Interpretação (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro, o trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

As receitas com trabalhos voluntários devem ser reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

A FLD atualmente não possui controle e apresentação dos serviços prestados gratuitamente, não efetuando o registro nas Demonstrações do Resultado do período.

Os serviços de gratuidades prestados à FLD são realizados pelas membras e membros do conselho deliberativo, conselho fiscal, da diretoria executiva, dos conselhos das filiais e da comissão de avaliação de projetos.

16. CUSTO DOS PROJETOS EXECUTADOS

	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
<u>Despesas com Projetos/Atividades</u>		
Programa CAPA	(1.454.420)	(1.682.731)
Programa Ajuda Humanitária	(926.132)	-
Programa de Pequenos Projetos	(591.315)	(841.061)
Programa COMIN	(326.267)	(933.107)
Despesas com Projeto Mobilização Recursos	(237.124)	-
Despesas com Rede de Comercio Justo e Solidário	(124.125)	(49.307)
Despesas com assessoria ao MNCR	(71.313)	(12.177)
Despesas com Assessoria Rede de Diaconia	(20.785)	(56.345)
Despesas com Assessoria ao Comitê Povos Tradicionais	(2.673)	(38.632)
Despesas com Nem Tão Doce Lar	(2.338)	(34.830)
	(3.756.492)	(3.648.190)

17. CUSTO COM PESSOAL

	31/12/2020	31/12/2019
DESPESAS COM ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
<u>Despesas Empregatícias</u>		
Salários	(5.225.128)	(5.395.439)
Férias	(732.659)	(318.864)
Encargos Sociais	(560.028)	(529.083)
13º Salário	(480.040)	(644.678)
Planos de Saúde e Seguros	(144.774)	(97.520)
Vale Alimentação	(61.177)	(62.712)
Indenizações	(27.417)	(368.671)
Vale Transporte	(6.988)	(12.254)
	(7.238.211)	(7.429.221)

18. CUSTO COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Pessoal, sem Vínculo Empregatício</u>		
Honorários Profissionais	(50.716)	(217.830)
Serviço de Pessoas Jurídicas	(499.456)	(745.989)
	(550.172)	(963.819)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Despesas Administrativas</u>		
Aluguéis	(7.894)	(9.810)
Água e Esgoto	(5.290)	(6.729)
Energia Elétrica	(26.953)	(41.534)
Telefone e Correios	(91.479)	(117.256)
Seguros	(85.902)	(82.916)
Condomínio	(32.690)	(39.693)
Auditoria	(28.500)	(20.741)
	(278.708)	(318.679)
<u>Despesas com Consumo Diversos</u>		
Impressos e Material de Escritório	(67.987)	(358.088)
Material de Limpeza e Higiene	(25.003)	(17.390)
Manutenção Veículos	(119.201)	(223.844)
Manutenção Imóvel	(5.625)	-
Manutenção Equipamentos	(11.045)	-
	(228.861)	(599.322)
	(507.569)	(918.001)

20. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Receitas financeiras</u>		
Receitas de aplicações financeira	85.138	179.044
Outros acréscimos	-	8.104
	85.138	187.148
<u>Despesas financeiras</u>		
Despesas bancárias	(29.538)	(48.909)
Juros e multas	(1.146)	(817)
Perdas com aplicações	-	(12)
	(30.684)	(49.738)
	54.454	137.410

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

21. ISENÇÃO DA COTA PATRONAL

	31/12/2020	31/12/2019
Gratuidade e Assistencial Social		
Previdência Social Patronal INSS	1.571.326	1.699.784
(-) Isenção Quota Patronal INSS	(1.571.326)	(1.699.784)

22. SEGUROS

A Entidade mantém política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações, por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, que foi determinada pela Administração da Entidade e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

23. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTE

Os dirigentes, conselheiros, instituidores, benfeitores, ou equivalentes, não percebem remuneração, vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas estatutariamente e a Entidade não distribui lucros, dividendos ou bonificações, conforme previsto em seu estatuto social, no artigo 6º, §2º e §3º.

24. RENÚNCIA FISCAL

A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está isenta do imposto de renda, da contribuição social.

Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações financeiras, estão sendo divulgados e apresentados os impostos que seriam incidentes sobre as operações, caso a Entidade não atuasse em atividades sem fins lucrativos.

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Nova onda de infecções e Impactos da COVID-19 para 2021

A Administração acompanha tempestivamente e com responsabilidade as informações e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde e demais agências reguladoras, acerca das medidas adequadas a serem implementadas nas atividades operacionais e administrativas.

A Administração acompanha o aumento das divulgações sobre contaminação, sobre elevação nos casos de mortes e nova implementação de restrições de circulação e atividades pelos Entes Governamentais, concluindo que os efeitos financeiros sobre estes impactos já são percebidos na atual operação, portanto não requerem novas provisões nessas demonstrações contábeis.

São Paulo, 03 de maio de 2021.



Eloí Siegert Peter
Presidenta Diretoria Executiva
CPF: 388.565.730-91



Cibele Kuss
Secretária Executiva
CPF: 901.334.040-72



Julio César Zellmann
Contador - CRC 51647/0-0
CPF - 366 863 100-01